



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD
EQSW 103/104 - Complexo Administrativo - Bloco "B", Térreo, Setor Sudoeste - 70670-350 - Brasília - DF
Caixa Postal 7993
 telefones: (61) 2028-9121 / 9122 / 9126 / 9207 / 9208 / 9448

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL
Nº 007/2017 DE 28/06/2017**

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental
PROJETO PNUD BRA/08/023**

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAL, PARA O ENDEREÇO ELETRÔNICO: bra08023.edital@icmbio.gov.br, ATÉ O DIA 08 DE JULHO DE 2017 INDICANDO NO CAMPO ASSUNTO DO EMAIL O NÚMERO DO PROJETO, O NÚMERO DO EDITAL E DA VAGA PRETENDIDA. NÃO SERÃO ACEITOS CURRÍCULUNS ENVIADOS FORA DO PERÍODO INDICADO.

OBS: APÓS A SELEÇÃO CURRICULAR DOS CANDIDATOS O ICMBIO ENTRARÁ EM CONTATO PARA MARCAR ENTREVISTA E SOLICITAR PROPOSTA FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO. **O NOME DO(A) CANDIDATO(A), SELECIONADO(A) SERÁ PUBLICADO NO SITE DO ICMBIO.**

<p>PROJETO PNUD BRA/08/023 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO</p>

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do PROJETO, DO EDITAL E DO CÓDIGO DA VAGA desejada estejam descritos no Campo Assunto do E-mail.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional”.

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – BRA/08/023 - Nº DA VAGA 114

2. Setor Responsável: DIMAN/CGCAP **3. Diretoria:** DIMAN/ICMBio

4. Função do Profissional a ser Contratado(a): Técnico Especializado

5. Contexto: O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial criada em 28 de agosto de 2007 pela Lei Nº 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

A missão do ICMBio é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pela União. E também fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para proteção das unidades de conservação federais.

Entre as suas principais atribuições está a tarefa de apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais, elaborando os Planos de Manejo para as unidades de conservação e desta forma apoiar a implementação do SNUC, que em seu Artigo 27º estabelece que *“as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo” (Artigo 2º, XVII – Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade).*

Com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319, em 22 de setembro de 2008 a Portaria Nº 295 do MMA instituiu o Grupo de Trabalho (GT) BR-319 (MMA, ICMBio e IBAMA, 2008) que, por conseguinte, instituiu o Subgrupo Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319, que elaborou um Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319 (ICMBio *et alii.*, 2008).

Com base no Relatório Final do GT BR-319 em 2005 a decisão do Governo Federal foi de recuperar o pavimento da rodovia BR-319, que liga Manaus, no Estado do Amazonas a Porto Velho, no Estado de Rondônia, o que levou o MMA, com base no Artigo 22-A da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a decretar, em 02/01/2006, a Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) no entorno da BR-319 com o objetivo de realizar estudos voltados à criação de unidade de conservação. Como consequência deste instrumento, atualmente a região da área de influência da BR-319 conta com um conjunto de 11 unidades de conservação (UC) federais, abrangendo uma área total de 7,58 milhões de ha, e que somado às unidades de conservação criadas pelo Governo do Estado do Amazonas nessa região, juntamente com as unidades de conservação existentes em Rondônia, atingem um total de mais de 12 milhões de ha de áreas protegidas.

Considerada uma das mais efetivas maneiras de evitar o desmatamento oriundo da ocupação desordenada na região amazônica, as áreas protegidas foram consideradas primordiais no estabelecimento de medidas visando impedir a descaracterização dos ambientes naturais ao longo da estrada. Porém, para que essas unidades venham a desempenhar seus objetivos de forma plena, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas que propicie não apenas a sua proteção, baseada em ações concretas de comando e controle, mas também possibilite o pleno desempenho das atividades vinculadas aos processos de implementação, consolidação e gestão dessas unidades.

Assim, conforme o Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319, como estratégia para a elaboração dos planos de manejo de forma integrada, foi elaborado o marco conceitual e teórico para o processo de planejamento para a elaboração destes Planos de Manejo Integrados, consolidados no documento “Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)”.

O Desenho do Processo de Planejamento (DPP) para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira estabelece os aspectos conceituais e as diretrizes metodológicas concernentes ao processo de planejamento, os mecanismos de participação e integração pública, e os mecanismos para a capacitação dos gestores das UC durante o processo de elaboração dos Planos de Manejo. A Região do Interflúvio Purus-Madeira e das Unidades de Conservação objetos desse Termo de Referência tem como base a área de influência da rodovia BR-319 considerada pelo Plano de Proteção e Implementação das UC da BR-319, que é a região compreendida no interflúvio dos rios Purus e Madeira, em seus cursos médio e baixo no Estado do Amazonas, e uma pequena parte do extremo noroeste do Estado de Rondônia, acrescida de todo o município de Porto Velho e de um buffer de 30 km nos limites das UC federais.

Assim a área de abrangência dos estudos para o interflúvio Purus-Madeira compreende, portanto, 11 unidades de conservação federais com características bastante distintas, como tempo de criação, importância ecológico-econômica local/regional, infraestrutura, extensão, níveis de gestão, dentre outros, segue uma breve descrição de cada uma delas.

As 11 UC federais que compõem o Interflúvio Purus-Madeira são:

- 1. Reserva Biológica Abufari** criada pelo Decreto Federal Nº 87.585, de 20 de setembro de 1982, com área aproximada de 288.000 ha, no Município de Tapauá/AM. Está localizada predominantemente em área de várzea amazônica, com um importante complexo lagunar, berço de diversas espécies de peixes com grande importância econômica para o Estado do Amazonas. É considerada como um dos últimos habitats do peixe-boi-da-amazônia *Trichechus inunguis* e abriga um dos maiores tabuleiros do mundo de desova da tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*;
- 2. Estação Ecológica Cuniã** criada pelo Decreto Federal de 27 de setembro de 2001, com a área de aproximadamente 53.221ha, dividida em duas áreas distintas denominadas Área I e Área II. Foi ampliada através do Decreto Federal de 21 de dezembro de 2007, e através da Lei Federal 12.249 de 11 de junho de 2010, compondo aproximadamente 190.177 ha, estando localizada nos municípios de Porto Velho/RO e Canutama/AM. Os objetivos iniciais de proteger e preservar amostras dos ecossistemas de Cerrado, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas, foram também ampliados para proteger a diversidade biológica e a representatividade dos ambientes naturais na região do médio Rio Madeira;
- 3. Parque Nacional Mapinguari** criado pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2008, com área aproximada de 1.572.422ha. A Lei Nº 12.249 de 14 de junho de 2010 alterou os limites do Parque Nacional Mapinguari ampliando seus limites em cerca de 180.900ha, em virtude da anexação à área do Parque, das Unidades de Conservação estaduais Estação Ecológica Antônio Mojica Nava, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho A, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho B e de parte da Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos, todas em Rondônia. O Artigo 3º do referido Decreto Federal e o Artigo 119 da referida Lei de Ampliação, também estabelece os limites da Zona de Amortecimento da unidade de conservação, que correspondem a uma faixa de dez quilômetros em projeção horizontal a partir do perímetro da UC. Tem como o objetivo principal preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com destaque para importantes encaves de savana do Interflúvio Purus-Madeira, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico;

4. **Parque Nacional Nascentes do Lago Jari** criado pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com área de 812.141ha, localizado nos Municípios de Tapauá e Beruri;
5. **Floresta Nacional Balata-Tufari** criada por meio do Decreto Federal de 17 de fevereiro de 2005, com área total de 802.023ha, nos Municípios de Canutama e Tapauá no Estado do Amazonas. Por meio do Decreto Federal de 08 de maio de 2008, foi ampliada em 275.836ha;
6. **Floresta Nacional Humaitá** criada pelo Decreto Federal Nº 2485 de 02 de fevereiro de 1998, com área de 468.790,000 ha no Município de Humaitá, Estado do Amazonas, situada na zona fisiográfica do Rio Madeira;
7. **Floresta Nacional Iquiri** criada pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com área aproximada de 1.476.073ha, situada no Município de Lábrea, localizado ao sul do Estado do Amazonas;
8. **Reserva Extrativista do Lago do Cuniã** criada pelo Decreto Federal Nº 3.238, de 10 de novembro de 1999, com área aproximada de 55.850ha no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com o objetivo de garantir a exploração auto sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área, teve a redação do decreto de criação alterado pelo Decreto Federal Nº 3.449, de 09 de maio de 2000;
9. **Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande** criada pelo Decreto Federal de 3 de junho de 2004, com área de 304.146,28ha, no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local;
10. **Reserva Extrativista Médio-Purus** criada pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com a área de 604.209,25ha, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no estado do Amazonas. Estima-se que haja 1200 famílias distribuídas em 97 comunidades na calha do Rio Purus; e
11. **Reserva Extrativista Rio Ituxi** criada pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2008, com área de 776.940ha, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas. Residem na UC cerca de 100 famílias distribuídas em 12 comunidades.

Estratégias de Execução:

Os serviços de consultoria, objeto desta contratação, seguirão as recomendações apresentadas neste Edital, bem como as orientações da Equipe de Planejamento Geral.

A Estratégia de execução destes 11 (onze) Planos de Manejo (10 em elaboração e 1 em revisão) de forma Integrada está baseada no marco conceitual e metodológico apresentado no DPP, onde se prevê a construção de uma visão regional do contexto do Interflúvio sob influência da BR-319, comum a todas UC, e a elaboração/revisão de um Plano de Manejo para cada UC a partir desta perspectiva de planejamento regional, mas com alto grau de integração das ações, zoneamentos e normas.

Estão previstas 3 (três) etapas para a elaboração destes planos de manejo (Organização do Planejamento, Diagnóstico, Planejamento), com momentos de participação social e capacitação das equipes das UC envolvidas. A etapa de Organização do Planejamento já foi realizada pela Equipe de Planejamento Geral e as equipes das Unidades de Conservação, e a etapa de diagnóstico está em curso.

A fase de Planejamento será executada em etapas, por grupos de unidades de conservação, sempre buscando a uniformização de procedimentos e o aperfeiçoamento das técnicas para o processo de elaboração dos planos de manejo.

Caberá a Equipe de Planejamento Geral a coordenação e supervisão de todo o processo, procedendo à análise, aprovação e elaboração de pareceres quanto aos relatórios e produtos finais, além de pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços contidos no edital. O Supervisor Geral desenvolverá suas atividades em consonância com Equipe de Planejamento Geral e Equipe de Planejamento por UC, as quais participarão das atividades de campo, reuniões e oficinas.

A Equipe de Planejamento Geral também tem o papel de coordenar e integrar os diferentes grupos de técnicos envolvidos no processo de planejamento, mantendo as equipes informadas acerca das decisões e encaminhamentos a serem adotados, zelando pela manutenção da definição estratégica prevista no DPP para elaboração destes Planos de Manejo.

A comunicação entre o(a) CONTRATADO(A) e a Equipe de Planejamento Geral, além de outros envolvidos no processo de elaboração dos Planos de Manejo, deverá ser constante e se dará por meio das seguintes formas:

- **Reuniões/Oficinas:** serão agendadas conforme cronograma constante na Matriz de Organização do Planejamento (MOP) e acordadas com o(a) CONTRATADO(A) na elaboração de seu Plano de Trabalho. No caso de reuniões excepcionais, estas deverão ser agendadas com 15 (quinze) dias antes da data em que ocorrerá. Toda reunião deverá ter por obrigatoriedade uma Ata de Reunião;
- **Ofícios/Memorandos/Despachos/Convites:** deverão ser usados para comunicação formal entre os envolvidos no processo de planejamento, obedecendo às normas e recomendações do Manual de Gestão Documental do ICMBio. Todos os documentos oficiais serão obrigatoriamente assinados e encaminhados por servidor do ICMBio com a devida delegação de competência cabendo o(a) CONTRATADO(A) propor, quando necessário, a minuta de documento. Cópia da documentação poderá ser enviada por e-mail para acelerar os procedimentos;
- **Relatórios e Atas de Reuniões:** poderão ser enviados por e-mail aos participantes com autorização expressa da Equipe de Planejamento Geral. O documento impresso deverá fazer parte dos relatórios dos produtos; e
- **E-mails:** a comunicação eletrônica deverá, preferencialmente, ser realizada por endereço de e-mail institucional, com cópia para os demais membros da Equipe de Planejamento Geral. Todo tipo de solicitação e, principalmente, definição e propostas de encaminhamento de algum assunto realizado informalmente por meio de encontros pessoais ou por telefone, só terão validade se registradas posteriormente através de documentos oficiais ou e-mail oficial do ICMBio.

6. Justificativa:

O Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319) previa a contratação de duas empresas para a Realização dos Diagnósticos Ambiental e Socioeconômico para subsidiar a elaboração dos planos de manejo.

As duas empresas foram contratadas, porém a empresa responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico teve seu contrato encerrado logo após a entrega do primeiro produto que era o Relatório do Diagnóstico Socioeconômico – Dados Secundários do Interflúvio Purus Madeira. Em função deste encerramento o ICMBio estabeleceu nova estratégia para dar continuidade ao Diagnóstico, sem que houvesse prejuízo temporal ou de qualidade, na elaboração dos planos de manejo. O diagnóstico ambiental

Paralelamente a este trabalho, o ICMBio, por meio da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT), promoveu o cadastro dos moradores para embasar a definição dos beneficiários de políticas públicas nas unidades de conservação de uso sustentável, gerando uma rica fonte de informações que agora está disponível para a elaboração do diagnóstico sócio ambiental. Foram contempladas: Floresta Nacional de Humaitá, Floresta Nacional Balata Tufari, Floresta Nacional de Iquiri, Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, Reserva Extrativista do Ituxi, Reserva Extrativista do Médio Purus e Reserva Extrativista do Lago Cuniã.

O ICMBio também realizou a o cadastro de moradores da Reserva Biológica de Abufari, unidade com maior quantidade de moradores, por meio do Projeto BRA/08/023, utilizando a mesma metodologia das unidades de conservação de uso sustentável.

O bloco de unidades de conservação Parque Nacional Nascentes do Lago Jari, Parque Nacional Mapinguari, Reserva Biológica Abufari, Estação Ecológica Cuniã, Reserva Extrativista Cuniã e Floresta Nacional de Humaitá fizeram parte de uma estratégia de consolidação do diagnóstico socioeconômico, com a contratação de serviço de consultoria para sistematizar as informações existentes e atualizar do Diagnóstico Socioeconômico das mesmas, bem como para o Interflúvio Purus Madeira, restando a necessidade de realizarmos a mesma estratégia para as outras 5 Unidades de Conservação existentes no Interflúvio Purus Madeira. Os produtos desta etapa servirão de referencial técnico e orientação metodológica para a elaboração dos diagnósticos socioeconômicos das demais Unidades de Conservação do Interflúvio, a fim de se manter mínima padronização na análise do contexto das Unidades de Conservação envolvidas no projeto.

A consolidação e análise das informações disponíveis quanto ao contexto socioeconômico em que as Unidades de Conservação estão inseridas são de grande importância para entendimento da dinâmica regional, social e econômica, e sua relação com o meio ambiente resguardado pelas UC, seja quanto ao uso sustentável dos recursos ou às ameaças causadas pelo uso e ocupação desordenados da região. Por sua vez, a caracterização e entendimento desta relação são de grande importância para subsidiar o planejamento das UC em questão.

Com o desenvolvimento desta consultoria, espera-se obter como produto principal a caracterização e análise do contexto socioeconômico de 5 unidades de conservação, para composição (em conjunto com as informações do Diagnóstico Ambiental) do “Encarte de Diagnóstico” dos Planos de Manejo em elaboração, bem como, subsidiar o planejamento do manejo e gestão destas UC. Este produto deverá focar na resposta aos desafios de gestão, na análise da importância das UC no contexto socioambiental local, revelando sua possível contribuição para o desenvolvimento regional.

A consolidação do componente Diagnóstico Socioeconômico para esta etapa do plano de manejo das Unidades de Conservação do Interflúvio Purus-Madeira tem os seguintes objetivos:

- Consolidar e analisar as informações existentes (dados fornecidos pelo ICMBio e consultas bibliográficas realizados pelo(a) CONTRATADO(A) e a realidade socioeconômica de 5 unidades de conservação do Interflúvio Purus Madeira: Floresta Nacional Iquiri, Floresta Nacional Balata Tufari, Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, Reserva Extrativista Médio Purus, Reserva Extrativista Ituxi. A integração e análise dessas informações consistem no Diagnóstico Socioeconômico que fará parte do “Encarte Diagnóstico” dos Planos de Manejo em elaboração, bem como, subsidiará o planejamento das UC.

7. Propósito da Contratação: Elaboração e atualização do Diagnóstico Socioeconômico com dados secundários das seguintes unidades: Floresta Nacional Iquiri; Floresta Nacional Balata Tufari; Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande; Reserva Extrativista Médio Purus; e Reserva Extrativista Ituxi.

8. Atividades e Produtos:

8.1. Detalhamento

Atividade 1: Reunião de Planejamento

O Consultor deverá participar de uma reunião com a Equipe de Planejamento dos Planos de Manejo das UC do Interflúvio Purus-Madeira para Elaboração de Plano de Trabalho, **não passível de pagamento**, detalhamento e acordo da itemização e conteúdo e ordem dos Produtos a serem entregues (doravante determinado UC 1, UC 2, UC3, UC4 e UC5 entendendo que as 5 UCs se referem a Floresta Nacional Iquiri, Floresta Nacional Balata Tufari, Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande, Reserva Extrativista Médio Purus, Reserva Extrativista Ituxi, não necessariamente nesta ordem), além da retirada dos insumos a serem entregues pelo ICMBio (banco de dados, bibliografia, etc.)

O(A) CONTRATADO(A) arcará com as despesas de deslocamento.

- Local: Sede do ICMBio, Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104, Sudoeste, Brasília – DF
- Duração: 1 (um) dia.

Atividade 2: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico versão preliminar da UC 1 e UC 2

Produto 1 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico da UC 1 e UC 2: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 3: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico versão preliminar da UC 3 e UC 4.

Produto 2 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Diagnóstico Socioeconômico versão preliminar da UC 3 e 4: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 4: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico da UC 5.

Produto 3 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico da UC 5: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 5: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico da UC 1, UC 2, UC 3, UC 4 e UC 5 - versão final.

Produto 4 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico UC 1, UC 2, UC 3, UC 4 e UC 5 versão final: contendo a análise do contexto socioeconômico das cinco unidades de conservação.

8.2 Forma de apresentação dos produtos:

Os documentos deverão ser apresentados com o nível de detalhe e a linguagem adequada para sua perfeita compreensão e entregues nos prazos especificados no Plano de Trabalho. As versões preliminares, intermediárias e parciais deverão ser entregues em meio digital e, a versão final em versão digital e duas vias originais impressas. Essas deverão ser impressas como qualidade Laserprint ou similar, em papel formato A4. A versão digital deverá ser formatada e gravada em editor de texto Word for Windows e em arquivo PDF.

Os produtos deverão abranger integralmente ao descrito no TDR. Para o pleno entendimento do texto e temas estudados, sempre que cabível esse deverá conter referências, apêndices e anexos específicos, apoiado por material gráfico, quadros, mapas, e demais recursos necessários.

Os produtos deverão ser entregues em língua portuguesa, revisados e de acordo com a gramática vigente. Os desenhos e ilustrações que compõem os produtos devem ser apresentados de maneira que seja possível sua

reprodução. Esses devem ser gravados em mídia digital, e organizados em pastas específicas. Os DVDs deverão ter etiquetas identificando o conteúdo e os aplicativos utilizados.

Todos os mapas deverão ser impressos em papel tamanho A3 de papel, caso seja identificada a necessidade de apresentação destes nos Produtos, sempre em acordo com a Equipe de Planejamento Geral. Todos os direitos autorais, créditos institucionais, datas e locais de publicação têm que estar citados nas cópias em papel e nos meios eletrônicos.

Todos os textos deverão ser escritos em linguagem impessoal. Portanto, não usar linguagem na primeira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural; A forma de apresentação dos mapas e relatório seguirá os padrões da ABNT.

9. Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual:

A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fontes de consulta e créditos para fotos, figuras, mapas, dentre outros deverão ser apresentados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

10. Prazos: O prazo total para execução do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, conforme detalhamento no item 11 deste TDR. O prazo restante entre a entrega do Produto 4 e a finalização do contrato é referente a análise, revisão e aprovação do Produto final.

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Supervisão Geral dos Planos de Manejo das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira/COMAN, esta terá um prazo, no mínimo de dez (10) dias para revisão. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o (a) contratado(a) atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias úteis após aprovação da versão preliminar feita pela Supervisão Geral dos Planos de Manejo das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira. Caso sejam necessários novos ajustes, pode ser solicitada nova rodada de correções.

11. Produtos	Valor (percentual)	DATA PREVISTA
Produto 1: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico Preliminar da UC 1 e 2, elaborado e aprovado.	20 %	40 dias após assinatura do contrato
Produto 2: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico Preliminar da UC 3 e 4, elaborado e aprovado.	30 %	100 dias após assinatura do contrato
Produto 3: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico preliminar da UC 5, elaborado e aprovado.	15 %	120 dias após assinatura do contrato
Produto 4: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico Final das 5 UC, elaborado e aprovado.	35 %	150 dias após assinatura do contrato

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do(a) contratado(a) a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.			
PERFIL DO PROFISSIONAL			
12. Modalidade a ser Contratada:			Produto
13. Período da Contratação:			180 dias
14. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 162 de 12/05/11-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do(a) consultor(a) para a realização das atividades nas cidades estipuladas por este Termo de Referência, além da todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.			Total Geral: R\$
15. Nº de Vaga(s):		01	
16. Nível de Escolaridade Desejado:		(X) Nível Superior	() Mestrado ()Doutorado
17. Formação Acadêmica (obrigatória): CIÊNCIAS AGRÁRIAS, CIÊNCIAS SOCIAIS ou CIÊNCIAS HUMANAS			
18. Experiência Profissional e critérios de seleção: em diagnóstico e/ou planejamento de Unidades de Conservação e comprovação da expertise mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica e atuação em trabalhos desta natureza, preferencialmente do Bioma Amazônia.			
<p>O profissional será avaliado segundo os critérios abaixo descritos, deste modo deverão ser enviados documentos comprobatórios para cada item pontuável (serão considerados atestados dos trabalhos realizados e/ou publicações técnicas e científicas comprovadas). O candidato deverá apontar em qual item seus atestados serão contabilizados, o mesmo trabalho não poderá ser contabilizado duas vezes, exceto pelo item d.</p> <p>Os três candidatos melhor pontuados nos itens formação e experiência serão entrevistados e será solicitado que os três apresentem as propostas financeiras.</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Formação (eliminatório e classificatório - máximo 5 pontos) 			
a) Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital			Eliminado
b) Formação acadêmica atende ao perfil profissional do Edital			Classificado
c) Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui pós-graduação em áreas afins ao objeto da contratação: especialização (2 pontos), mestrado (4 pontos), doutorado (5 pontos) na área de conhecimento previsto (não cumulativo, contando o curso com maior valor.			Até 5 pontos
<ul style="list-style-type: none"> • Experiência (eliminatório e classificatório, máximo 75 pontos) 			
a) Experiência de no mínimo 5 (cinco) trabalhos sociais e/ou ambientais no Bioma Amazônia			Eliminatório
b) Experiência profissional em trabalhos (coordenação, elaboração, sistematização, etc.) de diagnósticos socioeconômicos ou socioambientais em unidades de conservação: 4 pontos por trabalho realizado, limite de 10 trabalhos (A soma de todos os trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 40 pontos).			40
c) Experiência com trabalhos em planejamento de unidades de conservação: 5 pontos por trabalho realizado, limite de 5 trabalhos (A soma de todos os trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 25 pontos).			25

d) Os trabalhos pontuados nos itens (b) e (c), quando realizados no Bioma Amazônia, terão sua pontuação aumentada em 1 ponto por trabalho (a soma dos trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 10 pontos)	10
• Entrevista (eliminatório e classificatório, máximo 20 pontos)	
Componentes de avaliação	Pontuação – 20 pontos
Avaliação da compreensão do escopo do trabalho	5
Avaliação do domínio do tema de diagnóstico socioeconômico em unidade de conservação no bioma amazônico	10
Avaliação da capacidade de análise e síntese	5
Quantas consultorias o candidato estará realizando no período da vigência do contrato? OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	No caso de 1 consultoria simultânea à do presente Edital, o candidato perderá 5 pontos; com 2 ou mais consultorias será eliminado.
19. Tempo de Experiência Profissional: mínimo de 5 (cinco) anos.	
20. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília, Manaus e Porto Velho	
21. Disponibilidade para Viagens:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
22. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
23. Conhecimento da Legislação Pertinente.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
24. Conhecimento em Língua Inglesa.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
25. Capacidade de Redação Clara e Concisa em Português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
26. Insumos Previstos: Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319), Dados secundários do Interflúvio Purus Madeira e 11 UC que o compõe, e dados do cadastro dos moradores das UC de Uso Sustentável descritas neste TDR e da Reserva Biológica do Abufari, feitos pelo ICMBio. Diagnósticos Socioeconômico do Interflúvio Purus Madeira, Parque Nacional Nascentes do Lago Jari, Parque Nacional Mapinguari, Reserva Biológica do Abufari, Estação Ecológica Cuniã, Reserva Extrativista Lago do Cuniã e Floresta Nacional de Humaitá.	

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – BRA/08/023 - Nº DA VAGA 115

2. Setor Responsável: COMAN/CGCAP 3. Diretoria: DIMAN/ICMBio

4. Função do Profissional a ser Contratado(a): Técnico Especializado

TERMO DE REFERÊNCIA

4. Função do Profissional a ser Contratado: Técnico Especializado

5. Contexto: A Reserva Biológica do Abufari foi criada pelo Decreto nº 87.585, de 20 de setembro de 1982. Segundo seu memorial descritivo abrange uma área de 233.864,64 hectares, no município de Tapauá, no Estado do Amazonas. O território da UC é constituído 63% por floresta inundável ou de forte influência fluvial, 7% água doce e os restantes 30% por floresta ombrófila densa terras baixas.

O acesso ao município é realizado por via aérea ou fluvial, não há acessos por rodovias. O transporte aéreo é realizado por aviões bimotores que percorrem o trajeto Manaus/Tapauá em aproximadamente duas horas. O transporte fluvial é realizado por meio de embarcações tradicionais do tipo “recreio”, embarcação de transporte misto de cargas e passageiros, que percorrem o trajeto Manaus/Tapauá pela hidrovia do rio Purus em aproximadamente três dias.

É a UC mais antiga de um bloco de áreas protegidas da região do Interflúvio Purus/Madeira, dentre elas as Unidades de Conservação Federais Parque Nacional Nascentes do Lago Jari e Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande; a Unidade de Conservação Estadual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus e as Terras Indígenas Apurinã do Igarapé São João e Apurinã do Igarapé Tauamirim. Esta característica permite uma continuidade geográfica para a proteção de espécies de animais e vegetais presentes na Unidade de Conservação e nas áreas adjacentes.

A Unidade abrange em seu interior um complexo de lagos, regionalmente conhecido por Chapéu, que abriga importante biodiversidade de animais de água doce, incluindo mamíferos, como o peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e os botos tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) e rosa (*Inia geoffrensis*). Também é registrada a presença de espécies de peixes de interesse comercial como aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), curimatã (*Prochilodus nigricans*), jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*), matrinhã (*Brycon amazonicus*), pacu (*Mylossoma spp*), pirapitinga (*Piaractus mesopotamicus*), pirarucu (*Arapaima gigas*), sardinha (*Triphortheus spp*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), entre várias outras. Estes lagos abrigam peixes, quelônios e jacarés em estágios imaturos funcionando como uma espécie de berçário da fauna aquática, imprimindo um valor biológico ainda maior para a região.

O Diagnóstico Ambiental para o Plano de Manejo¹ indica que a UC abriga uma importante população de quelônios, em especial as espécies *Podocnemis spp.* que estão presentes na lista das espécies ameaçadas da IUCN (2015). Destaca também uma grande população de crocodilianos, predadores de topo de cadeia alimentar, compartilhando densamente lagos e igarapés, o que indica grande capacidade de suporte em biomassa de peixes e outros recursos para suportar tal abundância. O diagnóstico de ictiofauna aponta para uma grande importância regional na conservação da biodiversidade aquática, com observação em campo de 60% dos indivíduos da ictiofauna das espécies-alvo para a pesca coletados em estágios juvenis. A existência destes centros de reprodução na Reserva Biológica do Abufari confere à UC vocação natural para conservação das

¹ Diagnóstico Ambiental para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319). Relatórios Temáticos: **Herpetofauna e Ictiofauna**. ICMBio, 2015.

espécies e papel fundamental na manutenção de estoques de animais de interesse econômico para a subsistência das populações humanas da região, importante inclusive para a segurança alimentar do município de Tapauá.

Por ser uma UC da categoria Proteção Integral, a presença de moradores não é permitida (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 - SNUC, Artigo 10º) sendo que conciliar os objetivos de criação da UC, sua categoria e a presença desses moradores tem sido o principal desafio da gestão da Unidade de Conservação. A criação da Reserva Biológica do Abufari iniciou um conflito territorial, pois já existiam comunidades residentes dentro e no entorno da UC que exploravam e dependiam diretamente dos recursos naturais da região². Atualmente, há comunidades no interior, no limite e no entorno da Reserva Biológica do Abufari, que somam mais de 316 famílias³, descendentes de moradores que já ocupavam a região. Esta população depende diretamente dos recursos naturais da UC para a sobrevivência, que por não terem o uso ordenado dão margem a diversos conflitos entre comunidades por áreas de uso e com a própria gestão da UC.

A Reserva Biológica do Abufari está na zona de influência da BR-319 e a sua implementação, junto com outras 10 UCs Federais - ESEC Cuniã, PARNA Matinguari, PARNA Nascentes do Lago Jari, FLONA Balata-Tufari, FLONA Humaitá, FLONA Iquiri, RESEX do Lago do Cuniã, RESEX do Lago do Capanã Grande, RESEX Médio-Purus e RESEX Rio Ituxi, juntamente com UC estaduais do Amazonas e Rondônia, faz parte da estratégia interinstitucional para prevenir os impactos derivados da repavimentação da rodovia BR-319.

Para implementação das onze UCs supracitadas, foram elaborados, em bloco, os Diagnósticos Ambiental e Socioeconômico para subsidiar a elaboração de seus Planos de Manejo, incluindo a REBIO do Abufari, que embora com 34 anos de existência não conta com este instrumento de gestão. A contratação da consultoria que irá consolidar o Planejamento da REBIO está em andamento e a previsão é que o mesmo seja finalizado em 2017.

Durante as oficinas do componente socioeconômico do Plano de Manejo da REBIO do Abufari, realizadas em novembro de 2014, ficou clara para a equipe de planejamento a necessidade de um melhor conhecimento da atividade pesqueira no interior da REBIO do Abufari. Em maio de 2016, durante a oficina ampliada com o conselho, na qual foram apresentados os Diagnósticos Socioeconômico e Ambiental da REBIO do Abufari, e na qual foram ouvidos os representantes da sociedade para embasar o futuro planejamento da UC, a demanda de realização de um diagnóstico do estado atual da pesca no interior da REBIO do Abufari foi formalizada pelo Conselho Consultivo, e é objeto de contratação do presente Termo de Referência.

Este diagnóstico deverá ser acompanhado por um GT de pesca da UC, a ser formado no contexto do Conselho Consultivo, e deve ter objetivo dar subsídios para proposição de soluções para o conflito de uso de recursos mais disseminado e central que ocorre na UC, que é a pesca.

Estratégias de Execução:

² Sensibilização para a formação do Conselho Consultivo da REBIO Abufari. ICMBio, 2011.

³ Diagnóstico da Reserva Biológica do Abufari. Diagnóstico sócioeconômico para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319).

Os serviços de consultoria, objeto desta contratação, seguirão as recomendações apresentadas neste Edital, bem como as orientações da equipe técnica do ICMBio que irá acompanhar a execução de atividades.

A estratégia de execução deste diagnóstico pesqueiro está alinhado com a elaboração de forma integrada dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais da área sob influência da BR-319, e visa iniciar um processo de avaliação e busca de solução para a atividade de pesca no interior da REBIO, identificada como prioritário na etapa de análise estratégica da unidade realizada com o conselho consultivo e parceiros. Em paralelo ao curso deste contrato, a Reserva Biológica do Abufari estará elaborando o planejamento da Unidade. Caso os resultados desta consultoria não sejam finalizados a tempo de serem incluídos no planejamento da UC, serão agregados ao Plano de Manejo como projeto complementar.

Caberá a equipe técnica do ICMBio a coordenação e supervisão de todo esse processo, procedendo à análise, aprovação e elaboração de pareceres quanto aos relatórios e produtos finais, além de pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços contidos no edital. A equipe técnica do ICMBio participará das atividades de campo, reuniões e oficinas.

Deverá ser disponibilizado pelo contratado todos os dados brutos produzidos, em arquivos de formato aberto e editável, sendo essa previsão estendida a todo o material produzido em atendimento a esta Consultoria.

A comunicação entre o CONTRATADO e a Equipe Técnica do ICMBIO, além de outros envolvidos no processo de execução dos serviços detalhados neste edital, deverá ser constante e se dará por meio das seguintes formas:

- **Reuniões/Oficinas:** serão agendadas conforme cronograma constante no Plano de Trabalho e acordadas com o CONTRATADO na elaboração de seu Plano de Trabalho. No caso de reuniões excepcionais, estas deverão ser agendadas com 15 (quinze) dias antes da data em que ocorrerá. Toda reunião deverá ter por obrigatoriedade uma Ata de Reunião, lista de presença e registro fotográfico.
- **Ofícios/Memorandos/Despachos/Convites:** deverão ser usados para comunicação formal entre os envolvidos na execução dos serviços do presente edital, obedecendo às normas e recomendações do Manual de Gestão Documental do ICMBio. Todos os documentos oficiais serão obrigatoriamente assinados e encaminhados por servidor do ICMBio, cabendo a CONTRATADA propor, quando necessário, a minuta de documento. Cópia da documentação poderá ser enviada por email para acelerar os procedimentos.
- **Relatórios e Atas de Reuniões:** poderão ser enviados por email aos interessados com autorização da Equipe Técnica do ICMBio. O documento impresso deverá fazer parte dos relatórios dos produtos.
- **E-mails:** a comunicação eletrônica deverá, preferencialmente, ser realizada por endereço de e-mail institucional, com cópia para os demais membros da Equipe que acompanhará o processo. Todo tipo de solicitação e, principalmente, definição e propostas de encaminhamento de algum assunto realizado informalmente por meio de encontros pessoais ou por telefone, só terão validade se registradas posteriormente através de documentos oficiais ou e-mail oficial do ICMBio.

6. Justificativa:

O Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)⁴ previu na etapa inicial de organização do planejamento, o desenvolvimento dos mapas situacionais, a identificação dos desafios de gestão e identificação de lacunas de conhecimento para as Unidades de Conservação envolvidas no processo.

Desde o início do processo de elaboração do seu Plano de Manejo, a Reserva Biológica do Abufari identificou no seu mapa situacional a atividade de pesca como um forte vetor de pressão sobre os recursos pesqueiros da UC e como desafio de gestão a compatibilização entre a categoria (Proteção Integral) da Unidade e a presença de populações humanas residentes em seu interior e entorno e que dependem dos recursos da REBIO. A UC também tem como linha temática prioritária de conhecimento a identificação de áreas e espécies que sofrem pressão antrópica e avaliação da importância da Reserva Biológica como lugar de manutenção das populações de peixes regionalmente.

Durante a elaboração da análise estratégica da Reserva Biológica Abufari o grupo peixes foi selecionado entre os Alvos de Conservação⁵ da Unidade.

Com o avançar do processo de elaboração do plano de manejo, a etapa de diagnóstico, mais especificamente o levantamento de ictiofauna, reforçou a necessidade de se dimensionar e avaliar os impactos do uso de áreas e recursos pelos comunitários e a busca de solução para tornar coerente a realidade local e a categoria de unidade de conservação. O diagnóstico indica ainda, o desafio da Unidade de garantir a manutenção do estoque das espécies de peixes comerciais (pirarucu, aruanã, tambaqui, jaú, jatuarana, matrinxãs, dourada, entre outras), bem como daquelas espécies que delas dependem e que sofrem pressão de pesca dentro da Reserva Biológica. Reforça a necessidade de se realizar estudos da ictiofauna em todos os lagos da REBIO para comparar a ictiofauna presente, os diferentes modos de uso e a integridade dos mesmos, e, ressalta os lagos do Complexo do Chapéu (ver mapa anexo) no interior da UC como áreas prioritárias para a conservação, pois se caracterizam como ambientes importantes para a manutenção das populações de peixes⁶.

A fim de consolidar o diagnóstico e a análise estratégica que irão subsidiar o planejamento (próxima etapa do processo de elaboração do plano de manejo), em reunião com o conselho consultivo e

⁴ ICMBio, 2011. Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319).

⁵ Alvo de Conservação: Elemento da biodiversidade dentro do escopo do projeto; pode ser uma espécie, habitat/sistema ecológico ou processo ecológico selecionado no projeto como ponto focal. O conjunto dos alvos de conservação deve referir a todos os elementos da biodiversidade de um sítio, mas o termo é usado para um elemento específico de conservação escolhido como foco de um projeto. Sinônimo de alvo de conservação de biodiversidade. Conceito disponível em: <http://cmp-openstandards.org/wp-content/uploads/2014/03/CMP-Open-Standards-Version-2-0-Portuguese.pdf>

⁶ Diagnóstico Ambiental para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319). Relatório Temático: **Ictiofauna**. ICMBio, 2015.

parceiros, a avaliação do alvo de conservação peixes tornou mais premente o início da avaliação deste alvo de conservação e a relação com a atividade de pesca praticada pelas comunidades, através de um Diagnóstico Pesqueiro, que venha aportar informações e seja uma base de conhecimento para tomada de decisões de gestão e monitoramento para um dos principais desafios de gestão identificados durante a elaboração do plano de manejo, e que não pôde ser trabalhado com o detalhamento necessário nos demais diagnósticos da UC.

A pesca é praticada no interior da REBIO do Abufari em caráter de subsistência e comercial, e em alguns casos é a única fonte de renda das famílias que ocupam a região desde antes da criação da UC. O uso conflitante transcende a questão da categoria de conservação da UC, Proteção Integral, e alcança as relações entre as comunidades do interior e entorno imediato da UC, em um conflito crescente.

O tabu que paira sobre a atividade pesqueira não permitida pela categoria da UC dificulta o seu monitoramento e o dimensionamento da pressão sobre o recurso pesqueiro, importante alvo de conservação da UC. O acesso pontual ao tema em reuniões setoriais na REBIO do Abufari não foi suficiente para caracterizar a amplitude e o impacto da pesca, a capacidade de suporte do ambiente e o zoneamento da atividade pesqueira que vem sendo exercida no interior da UC, ou a caracterização das relações econômicas e sociais envolvidas na atividade.

O Diagnóstico Pesqueiro da REBIO do Abufari e do entorno imediato da UC deverá qualificar informações, trazer subsídios para a gestão estratégica da UC e embasar tecnicamente proposta de solução para o conflito de uso dos recursos da UC, assegurando a participação da população no processo.

7. Propósito da Contratação: Elaboração do Diagnóstico Pesqueiro do Interior e Entorno Imediato da Reserva Biológica do Abufari, com indicativos do impacto da prática pesqueira sobre o recurso.

8. Atividades e Produtos:

8.1. Detalhamento

Atividade 1: Reunião de nivelamento e elaboração do Plano de Trabalho

O consultor deverá participar de uma reunião técnica com equipe do ICMBio que acompanhará o processo, para nivelamento de informações sobre a Reserva Biológica e o serviço contratado, além da retirada dos insumos a serem entregues pelo ICMBio (banco de dados, bibliografia, etc.). Esta reunião deverá ocorrer até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

O CONTRATADO arcará com possíveis despesas de deslocamento, alimentação e insumos pessoais necessários para a reunião (ex. impressão, mídias, etc.)

Local: Manaus

Duração: 01 (um) dia

O Consultor deverá apresentar o Plano de Trabalho, com detalhamento das atividades e metodologia, em até 20 (vinte) dias após assinatura do contrato.

O Plano de Trabalho deve conter cronograma detalhado e descrição da metodologia a ser aplicada. O cronograma deve considerar a antecedência de 30 dias antes das oficinas para que a equipe da UC realize atividades de sensibilização junto às comunidades para mobilizar a participação da população nas oficinas de diagnóstico.

Atividade 2: Reconhecimento de área e atividade de sensibilização das comunidades

O consultor deverá participar de atividade de reconhecimento da Reserva Biológica do Abufari. Serão visitas preliminares em comunidades do interior e entorno da Unidade de Conservação. Conjuntamente a esta atividade a equipe técnica do ICMBio realizará a mobilização comunitária para a etapa do Diagnóstico. Ao término da atividade de campo, o consultor deverá participar de uma reunião de avaliação com a equipe do ICMBio.

Deverá também estruturar 2 (dois) questionários, um deles a ser aplicado aos pescadores nas comunidades e o outro a ser aplicado na sede do município de Tapauá, onde deverá ser realizada uma rodada de entrevistas estruturadas com representantes da classe pesqueira (Sindicato, Associação e Colônia de Pescadores), Secretaria de Produção, Secretaria de Meio Ambiente, IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) e outros atores-chave identificados na atividade de reconhecimento da Reserva Biológica do Abufari.

Os questionários deverão conter perguntas abertas e fechadas para levantamento do perfil socioeconômico dos pescadores, conhecimento ecológico local (histórico da pesca na região, distribuição espacial dos peixes, características reprodutivas, hábitos alimentares), do estado da arte da pesca na região (espécies comerciais mais importantes, tipo de embarcação, técnicas utilizadas na pesca, tipo de armazenamento/conservação do pescado, mapeamento das áreas de pesca e outras atividades econômicas, aspectos da cadeia produtiva, conflitos existentes e a percepção ambiental dos pescadores).

O reconhecimento deverá ocorrer no mínimo, ao longo de 04 (quatro) dias de campo e 01 (um) dia de reunião de avaliação. Esta atividade ocorrerá até 30 (trinta) dias após a aprovação do plano de trabalho.

A logística da viagem de campo (embarcação, combustível e alimentação) será às expensas do ICMBio, devendo o consultor arcar com seus custos pessoais de alimentação e deslocamento até a sede municipal de Tapauá.

Local: Reserva Biológica do Abufari e sede do Município de Tapauá, Amazonas

Duração: 5 (cinco) dias de atividade (sem a previsão de deslocamento aéreo do consultor)

Produto 1: Relatório expedito do reconhecimento da Reserva Biológica do Abufari e atividade de sensibilização das comunidades, contendo os seguintes itens (o detalhamento do relatório será avaliado com o consultor na reunião de plano de trabalho):

- a) Mapa de localização das comunidades (com rotas por GPS);
- b) Número de famílias em cada comunidade;
- c) Registro fotográfico de cada localidade;
- d) Modelo de 2 (dois) questionários de campo, um deles que será aplicado nas entrevistas com pescadores nas comunidades e o outro que será aplicado na sede do município de Tapauá com atores-chave identificados na atividade de reconhecimento, a serem previamente apresentados a equipe do ICMBio, que deverá aprová-los.

Prazo de apresentação do produto 1: 05 (cinco) dias úteis após término de viagem de reconhecimento.

Atividade 3: Realizar oficinas e entrevistas para o diagnóstico participativo da pesca

O consultor deverá participar de reunião de nivelamento com a equipe técnica do ICMBio, na sede de Tapauá, antes das atividades de campo para refinamento das ações.

O consultor deverá realizar 9 (nove) oficinas comunitárias no interior e entorno da Reserva Biológica, cada uma agregando entre uma e seis comunidades, incluindo uma oficina específica dirigida ao público indígena.

O consultor será responsável pela moderação das oficinas e entrevistas a serem realizadas, utilizando o questionário estruturado.

As oficinas e as entrevistas serão a principal fonte de informação para o consultor. O mesmo deve estruturá-las a fim de embasar o Diagnóstico Pesqueiro. Para tanto, é necessário que sejam obtidas informações que ajudem a subsidiar: 1) identificação de atores e respectivos interesses; 2) histórico de uso dos recursos aquáticos, 3) mapeamento participativo do uso dos recursos pesqueiros no interior da Unidade de Conservação com objetivo de identificar as territorialidades exercidas e os diferentes atores que compõem esse cenário; 4) importância da pesca na economia local e frente aos demais usos dos recursos naturais, 5) estimativa da ordem de magnitude da quantidade de pescado destinado ao autoconsumo e para a comercialização, 6) tabus e demais aspectos culturais ligados à pesca.

Em relação às entrevistas, é necessário que o consultor atente às nuances da composição social do grupo, a fim de entrevistar pessoas que possam contribuir com diferentes visões a respeito do uso dos recursos, inclusive tendo diferentes tipos de interesse.

Quando permitido pelo entrevistado, a entrevista poderá ser gravada e transcrita, de forma a enriquecer o detalhamento das informações.

A logística da viagem de campo (embarcação, combustível e alimentação) e participação da equipe técnica do órgão gestor para realização das oficinas será a expensas do ICMBio, devendo o consultor arcar com seus custos pessoais de deslocamento até o município de Tapauá, e custos de permanência na sede municipal durante o desenvolvimento das atividades.

Produto 2: Relatório expedito das oficinas e entrevistas realizadas, apresentando no mínimo as seguintes informações (o detalhamento do relatório será avaliado com o consultor na reunião de plano de trabalho):

- a) Resultados do mapeamento participativo do uso dos locais de pesca de cada comunidade;
- b) Identificação dos tipos de pescarias (espécies/ambientes/aparelhos);
- c) Lista das principais espécies exploradas, discriminadas em: 1) espécies para consumo, 2) espécies para venda, e 3) ambas finalidades.
- d) Identificação e descrição das principais atividades econômicas, indicando a importância relativa da atividade pesqueira;
- e) Registro fotográfico das oficinas;
- f) Registro bruto das entrevistas realizadas.

Prazo de apresentação do produto 2: até 15 (quinze) dias após a finalização das atividades.

Atividade 4: Diagnóstico Pesqueiro e Reunião Técnica de avaliação

O consultor deverá apresentar o Diagnóstico Pesqueiro Preliminar, com análise dos principais resultados e recomendações técnicas.

O consultor deverá participar de uma reunião técnica de 1 (um) dia para avaliação do diagnóstico a fim de analisar e incorporar as avaliações da equipe técnica do ICMBio. A reunião ocorrerá em Manaus, devendo o consultor arcar com seus custos de deslocamento, alimentação e insumos de trabalho.

O consultor deverá apresentar a versão consolidada preliminar do Diagnóstico em até 10 (dez) dias após a reunião técnica.

Atividade 5: Apresentação do diagnóstico pesqueiro para o conselho consultivo

O consultor deverá participar de reunião do conselho consultivo da Reserva Biológica do Abufari e apresentar a versão consolidada preliminar do Diagnóstico, previamente analisado pelo ICMBio, com linguagem acessível ao público.

A reunião ocorrerá na sede do município de Tapauá, com participação de 01 dia do consultor, devendo o consultor arcar com seus custos de deslocamento, alimentação e insumos de trabalho.

Produto 3: Versão Final Diagnóstico Pesqueiro, com resumo executivo do diagnóstico para ampla divulgação.

O conteúdo mínimo do Produto 3 deve conter o aspecto analítico das informações coletadas e apresentadas no Produto 2 (o detalhamento do produto 3 será avaliado com o consultor na reunião de plano de trabalho), e as principais considerações apresentadas pelo Conselho Consultivo.

- a) Análise da territorialidade no uso dos recursos pesqueiros (baseado no mapeamento participativo do uso dos locais de pesca de cada comunidade, incluindo dados do mapeamento participativo em formato vetorial/shapefiles).
- b) Caracterização das pescarias (baseado na identificação dos tipos de pescarias).
- c) Papel da pesca frente às demais alternativas econômicas (baseadas na identificação e descrição das principais atividades econômicas, indicando a importância da relativa da pesca)
- d) Análise da composição pesqueira (baseado na lista das principais espécies exploradas, discriminadas em: 1) espécies para consumo, 2) espécies para venda, e 3) ambas.
- e) Breve análise historiográfica do uso dos recursos pesqueiros (baseado nas entrevistas realizadas).

8.2-Forma de apresentação:

Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.

A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.

O relatório final deverá ser entregue de forma preliminar para análise e aceite do ICMBio. O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.

Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato *.doc* ou *.xls* compatível com *MicrosoftWord* ou *Excel*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

8.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento, contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

9. Prazos:

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da equipe técnica do ICMBio que acompanhará o processo, esta terá um prazo para se manifestar, que constará no Plano de Trabalho e não deverá ultrapassar 15 (quinze) dias úteis. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue no prazo estipulado no plano de trabalho e que não deverá ultrapassar 15 dias após aprovação da versão preliminar feita pela equipe técnica do ICMBio.

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 - Relatório expedito do reconhecimento da Reserva Biológica do Abufari e atividade de sensibilização das comunidades	25 %	Até 65 (sessenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.
Produto 2 - Relatório expedito das oficinas e entrevistas realizadas.	25 %	Até 125 (cento e vinte e cinco) dias após a assinatura do contrato.
Produto 3 - Versão Final Diagnóstico Pesqueiro, com resumo executivo do diagnóstico para ampla divulgação, incluindo arquivo de apresentação em formato similar ao MS Powerpoint.	50 %	Até 180 (cento e oitenta dias) dias após a assinatura do contrato.

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

PERFIL DO PROFISSIONAL

12. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto
13. Período da Contratação (máximo 6 meses)	6 meses
14. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 162 de 12/05/11-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do(a) consultor(a) para a realização das atividades nas cidades estipuladas por este Termo de Referência, além da todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.	Total Geral: R\$
15. Nº de Vaga(s):	01

16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s) (Obrigatória): Engenharia Ambiental, Agrônômica, Ecologia, Biologia ou outras áreas afins as ciências ambientais e humanas.			
18. Especializações/Cursos: Não obrigatório.			
19. Experiência Profissional:			
Possuir experiência comprovada em atividades participativas com comunidades ribeirinhas na Amazônia, preferencialmente no estado do Amazonas;			
Possuir experiência na elaboração de diagnósticos socioambientais, preferencialmente incluindo atividades de mapeamento e levantamento de dados com metodologias participativas com foco no uso de recursos naturais, principalmente pesca na Amazônia.			
Habilidade com o uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG), em particular com a confecção de mapas a partir de dados vetoriais.			
A comprovação de experiência profissional se dará a partir da apresentação pelo candidato de atestados, certificados, declarações, publicações e/ou formas documentais comprobatórias de experiência profissional que será analisada por uma equipe de avaliadores.			
20. Tempo de Experiência Profissional: mínimo de 5 (cinco) anos.			
I. Formação (eliminatório e classificatório - máximo 6 pontos)			
a) Nível superior completo na área de formação exigida no edital	Eliminatório		
b) Pós-graduação em área correlata ao objeto da contratação: especialização (2 pontos), mestrado (4 pontos) doutorado (6 pontos), não cumulativo, contando o curso com maior valor	6		
II. Experiência (eliminatório e classificatório, máximo 74 pontos)			
c) Experiência de no mínimo 5 (cinco) trabalhos socioambientais.	Eliminatório		
d) Experiência profissional em trabalhos (coordenação, elaboração, sistematização, etc) de diagnósticos socioambientais relacionados a recursos pesqueiros: 4 pontos por trabalho realizado, limite de 11 trabalhos (A soma de todos os trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 44 pontos).	44		
e) Experiência profissional em trabalhos (coordenação, elaboração, sistematização, etc) com condução de atividades participativas na Amazônia: 2 pontos por trabalho realizado, até o limite de 6 trabalhos, com exigência mínima de 1 trabalho.	12		
f) Experiência profissional relacionada a atividade de pesca ribeirinhas no Bioma Amazônia: 2 pontos por trabalho, até o limite de 6 trabalhos, com exigência mínima de 1 trabalho.	12		
g) Os trabalhos pontuados nos critérios (c) à (f) que contiverem elaboração/produção de mapas em Sistema de Informação Geográfica, terão 1 ponto adicional por trabalho, até o limite de 6 trabalhos.	6		

OBSERVAÇÃO: Os trabalhos apresentados poderão ter seus pontos contabilizados cumulativamente acaso atendam mais de um critério de experiência profissional.

Total experiências profissionais

III. Entrevista (eliminatório e classificatório, máximo 20 pontos)

CARACTERIZAÇÃO PONTUAÇÃO:

Avaliação da compreensão do escopo do trabalho: 5 pontos

Clareza na organização das ideias e exposição do pensamento: 5 pontos

Avaliação da capacidade de análise e síntese: 10 pontos

Quantas consultorias o candidato estará realizando no período da vigência do contrato?

OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas. No caso de 1 consultoria simultânea à do presente Edital, o candidato perderá 5 pontos; com 2 ou mais consultorias será eliminado.

21. Localidade de Realização do Trabalho: Tapauá/AM.

22. Disponibilidade para Viagens:

Sim

Não

23. Conhecimentos em Informática:

Sim

Não

24. Conhecimento da Legislação Ambiental Pertinente:

Sim

Não

25. Conhecimento em Língua Inglesa:

Sim

Não

26. Capacidade de Redação Clara e Concisa em Português.

Sim

Não

27. Insumos Previstos: exceto passagens e diárias, que ficam à cargo do consultor, por força da Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA.

MODELO DE CURRÍCULO

Nº DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS					
Nome completo:					
E-mail:					
Nº do RG:					
Órgão Expedidor:					
Data de Expedição:					
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)					
Local de nascimento:					
Sexo:					
Nome do Pai:					
Nome da Mãe:					
Estado civil:					
Língua Pátria:					
Nacionalidade de origem:					
Nacionalidade atual:					
HISTÓRICO PESSOAL					
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?					
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):					
ENDEREÇOS					
Tipo Endereço	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial					
Residencial					
TELEFONES					
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal	

ESCOLARIDADE					
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS					
Nome do Curso		Local do Curso		Carga Horária	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
A partir da data:		Até (data):	Tempo de Experiência:		
Cargo:		Empregador:			
Supervisor:					
Cidade/Estado:					
Atividades:					
Número e tipo de empregados supervisionados:					
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.					
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS					
Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)	
ESPECIALIDADES					
No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.					
ESPECIALIDADE			TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)		
FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS					
Nome	Org. Internacional		Parentesco		
RESUMO DO CURRÍCULO: (<u>De acordo com o perfil</u> descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):					

DATA ____/____/____

ASSINATURA